



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO DALUSOFONIA  
INTERNACIONAL AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO HUMANIDADES E LETRAS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**ALDAN COLLA IÉ**

**INFLUÊNCIA DOS MISSIONÁRIOS CATÓLICOS NA EDUCAÇÃO DURANTE A  
COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2017**

**ALDAN COLLA IÉ**

**INFLUÊNCIA DOS MISSIONÁRIOS CATÓLICOS NA EDUCAÇÃO DURANTE A  
COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Orientador: Prof. Dr. Pedro Acosta-Leyva.

**ALDAN COLLA IÉ**

**INFLUÊNCIA DOS MISSIONÁRIOS CATÓLICOS NA EDUCAÇÃO DURANTE A  
COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU**

Trabalho apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em 22 de dezembro de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

**Orientador Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fábiana Barbosa Ribeiro**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juliana Barreto Farias**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA A SER PESQUISADO (PROBLEMATIZAÇÃO)</b>	<b>7</b>
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>10</b>
<b>4</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>11</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>21</b>
<b>6</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>22</b>
<b>7</b>	<b>CRONOGRAMA</b>	<b>24</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>25</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa, visa refletir sobre influências dos missionários católicos na educação durante a colonização portuguesa na atual Guiné-Bissau, para compreender como é que o seu modelo da educação contribuiu no processo da dominação, aculturação e desvalorização das cosmovisões dos povos em estudo, ou seja, na sua colonização.

A Guiné-Bissau, fica situada na costa ocidental africana. Faz fronteira ao norte com o Senegal, a este e sudeste com a República da Guiné Conacri e ao sul e oeste é banhado pelo oceano atlântico. Além do território continental, tem ainda a parte insular que compõe os arquipélagos de Bijagós, formados por mais de 80 ilhas. A superfície total da Guiné-Bissau é de 36.125 km<sup>2</sup> e é administrativamente dividida em 08 regiões e 36 setores, incluindo o setor autónomo de Bissau que é o capital do país. Também, o país é composto por diversos grupos étnicos com as suas culturas (Balantas, Papeis, Fulas, Manjacos, Mandingas, etc.). E o país tem como a sua língua oficial português, para além da língua português que é oficial do país e uma outra língua que é o crioulo que representa língua mais falada nos centros urbanos é usada na comunicação entre os diferentes grupos étnicos, cada um desses grupos possui a sua língua própria independentemente de língua crioulo que têm em comum.

Com se sabe, o país em estudo é composto por diversos grupos étnicos culturais que formaram aquela nação, desse modo, vamos tentar compreender como era a educação e como ela era adquirida pelos membros da comunidade antes da chegada dos portugueses naquele espaço. Para isso, o nosso projeto em andamento está dividido em dois momentos históricos que marcaram a história desse país.

Portanto, em primeiro momento vamos recuar um pouco atrás do tempo para compreender como era a educação naquele espaço antes da chegada dos colonizadores portugueses para que possamos relacioná-la com o modelo educacional implementado durante o período em estudo.

É sabido, antes da chegada dos colonizadores (Portugueses), no continente africano, especificamente no território da Guiné, corresponde a atual Guiné-Bissau, a educação já havia sendo transmitida conforme as tradições locais, em que cada grupo e/ou etnia tinham o seu modelo educacional em que passava de geração em geração os saberes tradicionais, que consiste na transmissão dos seus valores por meio dos mais velhos. A missão desses mais velhos nesse processo educacional era transmitir para os mais novos ensinamentos para que possam inserir nas suas sociedades de acordo com as normas estabelecidas por cada grupo

étnico. Neste âmbito, a educação acaba ultrapassando esse dito modelo “formal” implementado pelo modelo eurocêntrico na tentativa de impôr uma educação religiosa baseado nos valores religiosos e culturais europeias. Diante disso, o presente projeto intitulado “*Influência dos Missionários Católicos na Educação Durante a Colonização Portuguesa na Guiné-Bissau*”, tem como foco central analisar e compreender a influência dos missionários do século XIX no processo da colonização, a partir do modelo educacional implementada no período colonial na Guiné-Bissau.

A implementação do regime colonial europeia em África, e em particular na Guiné. Segundo OPOKU (2011) não foi apenas por meio de imposição forçada por poder político, econômica e social. Foi também uma imposição cultural e utilizaram a cultura para dar o apoio às superestruturas políticas, econômicas e sociais representados pelo regime colonial. Para isso, os missionários foram incumbidos para esse processo de aculturação dos africanos através dos seus princípios religioso cristã para que pudessem deixar as suas práticas de acordo com a sua realidade local. Portanto, é nessa perspectiva que é relevante repensar o papel dos missionários no processo da colonização europeia no continente africano. Segundo os autores que trabalham na produção dessa indagação defendem que os objetivos dos missionários eram iguais do governo colonial, na qual, visa conscientizar os nativos em assimilar a cultura e valores padronizados pela Europa, e assim para que pudessem dominar, explorar de forma violenta na qual, a tentativa era afastar os nativos africanos das suas raízes impondo suas crenças (catolicismo), através do seu modelo educacional.

A metodologia utilizada para a confecção do nosso trabalho em primeiro momento consiste numa abordagem qualitativa através de leituras e análises minuciosas dos textos dos autores que desdobram sobre o assunto. Nas análises bibliográficas focaremos nos textos e autores que trabalham com o tema ligado a educação no período colonial em África, e a na Guiné Bissau em particular tanto no período colonial como pré-colonial. Também recorreremos a uma outra abordagem que seria via entrevistas com questionários semiestruturadas, á alguns agentes ou entidades que presenciaram ou que foram “educados” dentro desse modelo português da época em análise.

As nossas inquietações surgiram através dos primeiros contatos com a leituras do livro *História Geral Da África*, mais concretamente o capítulo 30, em que o autor Albert Adu Boahn, tece críticas aos impactos do colonialismo causado na África. Para sustentar o nosso projeto, ou tornar o nosso trabalho mais consistente, tomaremos como base os autores como: Walter Rodney, Valentim Mudimbe, Elikia Mbokolo, Pedro Acosta Leyva, Ki- Zerbo entre

outros autores africanistas e /ou pensadores defensores das epistemologias do Sul para dar respostas as nossas inquietações ou problemáticas.

Em suma, um dos objetivos dessa investigação é que servirá de material didática para futuras pesquisas ou pesquisadores que interessam em abordar esse assunto. Também gostaríamos de salientar que este projeto de pesquisa obedecer às regras e as normas estabelecidas pelas universidades federais. Por isso, ela se desdobra em: Introdução, Problematização, Objetivos Gerais e Específicos, Fundamentação Teórica, Justificativa, Metodologia, Cronograma e Referências.

## **2 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA A SER PESQUISADO (PROBLEMATIZAÇÃO)**

Como é sabido, a religião cristã (católico) tinha o monopólio da educação na Europa desde os tempos feudais até a era capitalista com intuito de repassar os ensinamentos, ou seja, os seus valores religiosos de acordo com a norma da doutrina cristã. No entanto, o estado colonial associou a ela para que possa lhe ajudar no desenvolvimento do processo da dominação e colonização, neste caso, conquista de outra parte do mundo através da sua ideologia, na qual assentaria na conversão dos ditos povos “ sem cultura”, “ incivilizado”etc. Nessa ótica, a religião cristã desempenhou um papel crucial no processo da dominação colonial europeia no mundo, e em África em particular através dos seus agentes denominados de missionários. Como afirma Opoku (2011, p. 597):

Os missionários foram a porta-vozes da cultura ocidental praticamente até começos da década do regime colonial, e sempre foram relativamente à religião africana: queriam converter os africanos não somente o cristianismo, mas também à cultura ocidental, que julgava impregnada de cristianismo e profundamente marcada por eles

Desse modo, vamos seguir com à esquema didático de Joseph Ki-Zerbo sobre as três letras “M” como agentes de estruturador e alicerçador do processo colonial na qual os missionários fazem parte. No entanto, é nessa linha que vamos refletir sobre a participação dos missionários no processo supracitado acima.

Os missionários um dos mentores muito significante nesse processo, convém mostrar que através da sua ideologia, ou seja, da igreja cristã (católico), desempenhou um papel muito

crucial no processo da dominação colonial europeia em África. No que tange a expropriação das terras dos endógenas, e de acultura-los para a cultura europeia através dos princípios ou seus valores cristãos.

De acordo com a explicação de Mbembe (2013, p.27):

A lógica cristã é uma lógica imperial na medida em que engloba sob a mesma esfera a construção de conceitos organizadores deste mundo e do outro com um imaginário do poder, da autoridade, da sociedade, do tempo, da justiça e do sonho, em suma da história e da sua derradeira verdade.

No que concerne tal processo, os missionários eram responsáveis pela difusão da cultura ocidental Europeia, religião, ou seja, de repassar a civilização Europeia em África para os ditos povos “não civilizados” de acordo com os seus espelhos, e assim como as suas cosmovisões sobre o mundo não Europeu. Nesse aspecto, vale salientar que os missionários foram incumbidos para desempenhar tarefa de desafricanizar os africanos e também de acultura-los à cultura europeia fazendo com que alguns se inserissem no modelo “padrão Europeu”, através da sua religião e o seu modelo educacional. Segundo Rodney (1975, p.395), “os missionários reclamavam o controle das escolas porque essa era uma forma de impingir a própria religião e porque se consideravam como técnicos do imperialismo cultural (que eles chamavam da ação civilizadora).” Contudo, vale refletir que a colonização portuguesa, e assim como outras colonizações europeias em África, também se apoiam nessa justificativa da “missão civilizadora” que assentava na sua ideologia imperial com o intuito de legitimar a sua dominação, exploração e por todos tipos de práticas da humilhação perante os nativos. De acordo com Mudimbe (2013) enfatizou que, no século XVI ao século XVIII, os missionários, por meios novos territórios chegados integravam o processo político de criação e ampliaram o direito da soberania europeia naqueles locais de acordo com a ordem de Papa Alexandre VI na sua bula Inter Caetera (1493). Exposto isso é nessa linha de pensamento que podemos perceber que o cristianismo desempenhou um papel muito importante em vários momentos no referido processo.

Em conformidade com Mudimbe (2013, p. 68):

As bulas de Nicolau V-Dum Diversas (1452) e Romanus Pontifex (1455) já tinha, de facto, concedido o direito aos reis de Portugal de desapropriar e escravizar perpetuamente maometanos, pagãos e negros em geral (...) os reis cristãos, seguido

as decisões do papa, poderiam ocupar os reinos pagãos (...) e desaloja-los da sua propriedade pessoal, terra e o que quer que tivessem.

No que se refere a educação, o regime colonial português havia sincronizado com a igreja católica pela difusão da educação para os povos nativos, no qual, sentaria no desenvolvimento do conhecimento, das culturas, dos princípios cristã e outra forma de olhares do mundo provenientes da Europa ou metrópole. E também, ignorando tudo o que dizia respeito à própria realidade local do território. Esse modelo da educação desvalorizava a cultura dos povos colonizados recorrendo a metodologia que conduziam o colonizado a desvalorização dos seus saberes e assim como da sua cultura. Segundo Mbokolo (2007, p.444):

Os Europeus ignoravam ou desprezaram os sistemas educativos africanos: baseados na oralidade, organizados muitas vezes em estágios iniciáticos e marcados por ritos de passagem, permitiam aos adultos socializar os mais jovens e transmitir-lhes os saberes necessários a vida quotidiana, os comportamentos sociais e as ciências tradicionais ou os comportamentos religiosos.

A política educacional desenvolvida pelo regime colonial portuguesa, era uma educação seletiva. Isto significa que, não era educação para todos, mas sim para os que assimilassem a cultura portuguesa conforme os princípios de estatuto de indiginato<sup>1</sup> para que pudessem ser considerados “civilizado” de acordo com a norma estabelecida pelo governo colonial. Portanto, essa minoria que assimilaram a cultura do colonizador portuguesa eram treinados, ou seja, tinham acesso as formações técnicas para servirem como homens da administração a um plano extraordinariamente baixa e fornecer mão - de - obra para as firmas capitalistas privadas pertencentes à Europa. E essa política fez com que tivesse um número muito alto de “analfabetos” dos nativos de acordo com o padrão europeu portuguesa da educação no qual assentaria no desenvolvimento intelectual individual do aluno no que diz respeito saber ler e escrever em língua portuguesa. Todavia, as escolas que funcionavam, eram muito fechadas e distantes da vida comunitária e social do povo colonizado.

De acordo com Cá (2005) salienta que a política do ensino português assentava sobre dois eixos principais: assimilação e a cristianização. Isto quer mostrar que, política não podia

---

<sup>1</sup> Estatuto de Indiginato, é uma lei que foi criado no ano 1926 pelo governo colonial Português “estado novo” de Salazar na qual foi aplicada nas suas antigas colonias africanas ( Angola, Moçambique) e da Guiné-Bissau, foi no ano 1927, para regularizarem as vidas das pessoas de acordo com as normas estabelecido na carta ou seja, é um conjunto se normas que podiam tornar os nativos “português” através das normas que constavam no referido lei. E foi abolido no ano 1961.

favorecer uma plena promoção social da população autóctone, por ser excessivamente eurocêntrica, de exclusão e assim como de geradores de muitos abusos.

E por outro lado, a escola tornou -se como principal veículo do governo colonial para a consolidação do seu poder, preparando os indivíduos com uma formação manual, religiosa, política e social, baseada nos modelos metropolitanos com o intuito do incrementar o poder do colonizador nos territórios colonizados. Para Tavares (2010, p.?) demonstrou que a “escola, na sociedade colonial, conjugava assim uma dupla função: deserdar os nativos da sua cultura, e aculturá-los a um modelo colonial preestabelecido”.

Portanto, neste trabalho, pretendemos refletir sobre a questão que segue ao respeito do assunto: A educação que era desenvolvida pelos missionários durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau, se era uma educação para alienação, ou uma educação para emancipação?

### **3 OBJETIVOS**

#### **✓ OBJETIVO GERAL**

- ❖ Analisar e compreender a influência dos missionários do século XIX no processo da colonização portuguesa a partir do modelo educacional implementada no período colonial na Guiné-Bissau.

#### **✓ OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- ❖ Compreender a forma, ou, seja, o modelo pedagógico que eram repassados por missionários pelas populações nativas locais.
- ❖ Analisar e compreender a forma como a educação colonial contribuiu na perda da identidade de algumas populações nativo daquele território.
- ❖ Entender a forma que a educação colonial contribuiu na desestruturação da sociedade local.

## 4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para fundamentar o nosso trabalho a ser pesquisado trouxemos autores que debruçaram sobre o conceito de educação. No entanto, segundo LIBANÊO (2001, p. 7):

Educação compreende o conjunto dos processos, influências estruturas e ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais visando a formação dos seres humano. A educação é, assim, uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos nos seus estados físicos, mentais, espirituais, culturais, que dá uma configuração à nossa existência humana individual e grupal.

E por outro lado, segundo Rodney (1975), educação é um fator relevante em qualquer tipo de sociedade para preservação das vidas dos seus membros e para manutenção da estrutura social. E ela promove as mudanças no meio onde a pessoa se insere e, assim como ter uma visão crítica sobre o mundo, ou seja, no meio qual a pessoa vive. Mas no que se refere ao período que vai ser analisado, a tal educação não aconteceu. Portanto, esses argumentos vão entrar em contradição quando aplicados à realidade de população dos países que passaram pelo processo da domaçaõ colonial.

### EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU: PERÍODO PRÉ-COLONIAL E PERÍODO COLONIAL

#### ✓ EDUCAÇÃO NO PERÍODO PRÉ-COLONIAL

“A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em todo em todo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente” (Tierno Bokar).

Como se sabe, a Guiné –Bissau, é um país africano no qual, a sua tradição é semelhante com alguns países africanos no que tange ao seu passado histórico, ou seja, à sua cultura antes da chegada dos invasores europeus. Portanto, falar de educação naquele território antes da chegada dos invasores colonizadores europeus é preciso levar em conta a sua peculiaridade histórica. Afirma Gadotti (2010, p.1):

Não dá para falar de uma educação em geral, separando-a do seu contexto histórico. E preciso qualificar de que educação estamos falando, a partir de que ponto vista. E como todo ponto de vista é a vista de um ponto, precisamos indicar de que lugar, de que Território, estamos falando. Toda e educação é necessariamente situada historicamente.

Portanto, partindo desta lógica que vamos tentar falar da educação no período pré-colonial na Guiné Bissau de acordo com as suas práticas culturais naquela sociedade. Vale salientar que, quando estamos falando em relação às histórias e, assim como outros acontecimentos que marcaram o mundo africano, é relevante levar em consideração a sua tradição, ou seja, os seus costumes antes da chegada dos europeus. De acordo com Bâ (p.167):

Quando falamos de tradição em relação a história africana, referimo-nos a tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoia nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitindo de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva de África.

Desse modo, podemos perceber que Guiné-Bissau não escapou dessa prática de acordo com a sua realidade que constitui o seu mundo. Contudo, convém mostrar que a educação naquela época estava vinculada a vida cotidiano e comunitária da sua população, no qual o conhecimento era transmitido pelos mais velhos ou iniciadores de forma oral para que os mais novos pudessem inserir na sociedade. Esta educação não estava distanciada de campo de atividades humanas, ou seja, ela continuava até na vida adulta da pessoa, sobretudo no que diz respeito à aquisição do conhecimento. De acordo com Cá (2000, p.5) afirma categoricamente que a “Educação não se separava em campo e especialização de atividades humanas. Ninguém se educava apenas por um determinado período, aprendia-se com a vida e com os conhecimentos ao longo do tempo”.

Essa educação, é adquirida pela participação do indivíduo na vida coletiva dos membros da comunidade através de várias práticas quer cultural, econômica, religiosa e outras formas de olhar o mundo na sua tradição. Segundo a explicação de Cá (2000, p.5):

Pela sua participação na vida de grupo familiar e da comunidade integrando-se nos trabalhos de campos escutando histórias dos mais velhos e assistindo às cerimônias conjuntas as crianças e os jovens adquiriam paulatinamente, ao longo dos anos, os conhecimentos necessários à sua integração na comunidade aprendiam as habilidades de produção e como sobreviver, adotando as regras de comportamento e valores imprescindíveis à vida.

Nessa perspectiva, essa educação, isto é, o conhecimento adquirido por indivíduo durante muito tempo era aplicado no outro caso no que diz respeito à segurança do meio no qual ele/a se inseria.

Por exemplo, quando houve a ameaça contra o meio ambiente é usada para proteção da natureza e assim com a sociedade em geral. Isto quer nos mostrar que não existe a separação entre a educação e atividade produtiva da comunidade.

Nessa perspectiva educacional, os mais velhos não importavam com o espaço pela transmissão do conhecimento e nem privilegiavam os lugares nesse processo como em outras sociedades ditas “evoluídas”. Desse modo, existia e continua existindo até hoje em África e Guiné-Bissau, em particular, uma forma de transmissão do conhecimento através dos ritos (passagem ou da iniciação), na maioria das vezes, ocorrem nas zonas rurais para a preservação da tradição, ou seja, costume. De acordo com Rodney (1975, p.346), “muitas sociedades africanas tinham cerimônias de circuncisão para varões ou para ambas os sexos e antes da cerimônia preenchia-se algum tempo com um programa educativo”.

Comungado a ideia do autor, Por exemplo, na Guiné –Bissau, existe uma etnia da qual o autor deste trabalho faz parte, denominado Papel, onde umas dessas práticas de transmissão do conhecimento é transmitida oralmente pelos os mais velhos, ou melhor, pelos “ detentores do conhecimento” que ainda essa prática persiste através dos ritos da iniciação; uma delas denomina “fanado” onde só participam os homens que aprendem vários ensinamento de práticas religiosas, econômicas, sociais, seu passado, etc. permitindo-lhe ter a cosmovisão da sua comunidade no qual se estão inseridos.

E por outro lado, além de transmissão do conhecimento pelos ritos de iniciação, há outra forma de transmissão do conhecimento como conversa ao ar livre, à noite em volta de fogueira nas reuniões com os mais velhos ou sábios que podem contar muitas histórias dos tempos dos seus antepassados, através de narrativas orais. Nessa ótica, essa educação era desenvolvida de acordo com os seus interesses locais. De acordo com Rodney (1974) esse interesse está literalmente vinculado com a vida social, quer no sentido material quer no religioso, sua natureza coletiva e assim como o seu desenvolvimento progressivo de acordo com desenvolvimento físico, emocional e mental da criança. Portanto, esse modelo educacional acompanha as realidades da sociedades africanas pré-coloniais e produziam personagens bem formadas que se integravam naturalmente na sociedade africana e Guiné-Bissau, em particular.

No entanto, apesar de inexistência física de estabelecimento escolar para transmissão do ensinamento, isto não significa que não havia educação naquela altura, ou seja, ensino e aprendizagem, pois ela era repassada de acordo com a realidade local. Cá (2000, p. 5) afirma que “ a ausência das instituições escolares na sociedade africana tradicional não significa a inexistência do ensino aprendizagem, pois se tratava de uma cultura oral”.

## ✓ EDUCAÇÃO NO PERÍODO COLONIAL

*“O colonialismo só tem um aspecto, um braço: é um bandido maneta”*

Walter Rodney

Com a chegada, ou seja, presença europeia na costa africana e, particularmente, a portuguesa nos rios da Guiné, condicionaram a divisão geográfica, social e política dos povos da atual Guiné-Bissau. Augel (2007) enfatizou que a chegada dos navegadores portugueses na costa da Guiné foi registrada em 1446, quando Nuno Tristão vinha da costa senegalesa com destino ao litoral da costa ocidental africana, no trecho que mais tarde veio a ser denominado pelos colonizadores da “província portuguesa da Guiné”, ou “Guiné portuguesa”. No entanto, convém ressaltar que esse território foi ocupado efetivamente só no final do século XIX, depois da Conferência de Berlim (1884-1885)<sup>2</sup>. Mas antes dessa data, os portugueses ficavam mais nas zonas costeiras devido à reação dos diversos povos que ali se habitavam. E por outro lado, os portugueses tinham que enfrentar vários confrontos sangrentos através da resistência desses grupos étnicos locais que compõem o território, estruturados social, econômica e culturalmente diferentes. No entanto, por causa da penetração portuguesa no interior de território, e sua dominação fez com que gerou muita revolta dos endógenos com os portugueses. Segundo a explicação de Semedo (2010, p.23):

Assim, o processo de ocupação e fixação dos portugueses no interior do território guineense não vai ser passivo, como, aliás, não o foi em todo continente africano. Os portugueses tiveram de enfrentar aquilo que chamaram de “insolência dos gentios” nas terras dos guineenses.

Desse modo, segundo a mesma autora, salientou que só depois de um longo tempo que os portugueses conseguiram estabelecer o seu acordo com os diferentes régulos ou com reis locais, fidalgos e restantes entidades dos grupos que ali se encontravam. Portanto, através desse pacto fez com que os portugueses chegassem pouco a pouco e apropriarem das terras até no ponto de dominar os nativos locais.

Por outro lado, segundo Nanome (2014) depois da ocupação efetiva da Guiné permitiu que os “portugueses começaram a explorar e marginalizar violentamente as

---

<sup>2</sup> A conferência de Berlim, é um acontecimento que ocorreu entre 19 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro do ano 1885 em Alemanha, no qual resulta na partilha do continente africano pelos potências coloniais europeias (Inglaterra, França, Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Holanda e Bélgica), no entanto, esse período marcou o início efetivo do colonialismo em África.

populações guineenses, pilhar as suas terras e os seus produtos, obrigar os nativos a cultivar certos produtos alimentícios, a realizar trabalhos forçada. E a sua vida, coletiva e privada, passou a ser controlada, utilizando-se ora de persuasão ora da violência.

No entanto, desde 1550 até 1879, a Guiné era a província de Cabo verde, e os dois territórios eram administrado por um único governador nomeado pelo governo colonial português. E do ponto de vista administrativo, a Guiné foi independente de Cabo-Verde em 18 de março do ano 1879. Até meados do século XIX, os portugueses limitavam a sua presença aos centros comerciais, especificamente em “Ziguinchor, Farim, Cacheu, Geba, estabelecendo trocas comerciais com os chefes locais” (CABRAL, 1978 apud NANOME, 2014, P.28). Convém ressaltar que os portugueses tinham a Guiné como um entreposto de comercio dos escravos, um centro comercial e não como uma colônia de povoamento.

Depois de muito tempo, da sua ocupação não havia praticamente nenhum sinal da atividade educacional desenvolvida pelos portugueses, pois os que instalaram lá, não tinham interesse no desenvolvimento no campo da educação, mas sim desenvolver os seus interesses comerciais com intuito no desenvolvimento da sua economia.

Semedo (2010) mostrou que os primeiros missionários que faziam parte dos passageiros das caravelas foram os marinheiros. Embora em 1533, é que criaram a Diocese de Cabo-Verde na qual incluía a “terra firme de Guiné”, e sobre tudo, a partir de 1660, que a evangelização missionários da Guiné, começou a se processar com a fixação dos Franciscano em Cacheu, e posteriormente em Bissau, e espalhando-se por outras zonas como Farim, Geba, Ziguinchor etc. E também, ela mostrou que no ano 1867, foi criado Vicariato Geral da Guiné, dependente da Diocese de Cabo-Verde, mas com certa autonomia eclesiástica para o referido processo. Portanto o da Guiné-bissau vinha a ser criado só ano 1940 sem interferência de diocese de Cabo-verde.

Convém ressaltar que a evangelização no século XVI com a fundação de diocese em Cabo Verde (1533), e as missões católicas portuguesas no século XIX e XX não tinha continuidade. Por outro lado, vale salientar que essa relação que existia entre o estado e a igreja veio a ser abolida desde a proclamação da primeira república portuguesa que aconteceu no ano 1910, no qual foi substituído as missões religioso pela as “missões laicas” com intuito de desenvolver a formação profissional pelos nativos.

Porém, essa cooperação que o estado tinha com a igreja católica veio a ser retomado só depois de alguns tempos quando ocorreu o golpe de estado em Portugal intitulado a “ditadura Nacional”, que colocou fim à primeira república e inaugurou, em 1633, o “Estado Novo”. Contudo, o referido golpe levou o partido católico ao poder de novo, tendo como o

líder Antônio de Oliveira Salazar. Com efeito, o estado restabeleceu a sua ligação com a igreja católica, à qual destinava a educação para os nativos nas suas colônias. Desse modo, vale salientar durante esse período que o Salazar ocupou o trono é que começaram a desenvolver várias leis contra os “indígenas” das suas colônias. Um dos exemplos disso foi o “estatuto de indigénato” o mais conhecido, que controlava a vida dos “condenados da terra”.

Segundo Cá (2005) salienta que os missionários franciscanos que chegaram a Guiné no ano de 1932, planejaram criar uma missão Central num meio de “indígenas” em regime de internato para infiltração do cristianismo e da civilização europeia cumprindo com a vontade de Deus.

No entanto, foi justamente com a emergência de uma nova forma da colonização conhecida como sistema colonial contemporâneo, iniciada depois da conferência de Berlim, que o sistema educativo começou a funcionar de forma visível, na atual Guiné-Bissau. No entanto, as escolas que funcionavam para transmissão do “ensinamento” eram divididas em dois planos: a escola central, controlada pelo estado colonial português destinado para os filhos dos colonos e a escola de missão católico, dirigida pelos missionários católicos destinados para os ditos “indígenas” especificamente nas zonas rurais.

No que tange à colonização efetiva europeia de modo geral, e Portugal em particular. Segundo OPUKO (2011) não se resumia à imposição forçada do poder político, econômico e social. Foi também uma imposição cultural, e utilizou a cultura para dar apoio às superestruturas políticas econômicas e sócias representadas pelo colonialismo. É de ressaltar que o tal processo não é indiferente do que aconteceu em África, e Guiné –Bissau em particular. Para que essa técnica funcionasse, a educação e a religião cristã eram usadas como a arma para desenvolver esse mecanismo de “ação colonizadora” para tirar os africanos da sua crença religiosa ou, ou seja, das suas práticas culturais de acordo com a sua realidade. O que Amílcar Cabral<sup>3</sup> chamou de “des-africanização das mentes”. No entanto, vale salientar que esse modelo da educação colonial entra em contradição com a educação supracitada acima por José Carlos Libanêo e Walter Rodney.

Desse modo, a educação colonial português era usada como mecanismo para tirar os africanos da sua cultura, assim como de inseri-lo na cultura europeia por meio da educação dos missionários cristões para que pudessem dominar e explorar com mais facilidade de acordo com a lógica do regime colonial. Nessa perspectiva, a igreja católica e o seu agente

---

<sup>3</sup> Amílcar Cabral, líder africano guineense da (Guiné-Bissau) do partido africano da independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), na qual liderou a luta armada contra a dominação colonial português nos países referidos acima.

que era missionário desempenhou um papel muito significativo no que diz respeito esse processo, na qual, era responsável pela educação rudimentar para os “indígenas”<sup>4</sup> através de acordo ente Portugal e o Vaticano.

De acordo com Cá (2000, p.5), “para desenvolver esse espírito do sistema educacional, o regime colonial português havia associado à igreja católica no seu “dever colonizador” para dar a educação às populações coloniais dentro de moldes particulares da cultura portuguesa”. Convém ressaltar que os missionários da igreja católica do século XIX, tinham o mesmo interesse com o governo colonial na desapropriação dos recursos africanos, difusão do cristianismo, divulgação da cultura portuguesa, transformação radical da sociedade local e preparar as estruturas solidas par que o regime colonial se instalasse ou dominar os nativos definitivamente. Portanto, os missionários desempenharam um papel muito importante em diversos campos no período colonial no que diz respeito a colonização de modo geral.

Segundo a explicação de Acosta Leyva (2016) mostrou que a lógica dos missionários, e inclusive do século supracitado acima, e a sua força de reordenamento da sociedade colonial se concentra especialmente em três esferas: a igreja, a escola e o hospital. No que tange a igreja, eles atuavam no confronto com o mundo espiritual das religiões ancestrais africanos e demonizando as sus praticas religiosas. Na escola atuavam no campo da desvalorização da cosmovisão dos africanos. No hospital, atuaram na desvalorização da medicina dos africanos considerado “tradicional”, no qual, segundo a lógica dos missionários, ela não se evolui. Portanto, graças às inúmeras escolas fundadas pelos missionários que muitos africanos entram em contato com a cultura e a religião cristã.

Deste modo, os missionários contribuírem muito no que diz respeito colonização das mentes de alguns números de africanos e de desintegra-los da sua própria realidade através do modelo educacional que iriam de acordo com o interesse do colonizador. E por outro lado, essa educação desenvolvida pelo regime português não facilitava os nativos porque ela era assentada em língua portuguesa e os seus conteúdos versavam só a história do colonizador e, assim como de negar a realidade local africana.

Segundo a explicação de Rodney (1975) mostrou que os portugueses e os espanhóis sempre ignoraram a língua africana e a sua cosmovisão os jardins e as escolas primarias para os africanos nas colônias portuguesas não passavam da difusão da língua e cultura portuguesa ministrado pelos missionários. Nessa ótica, ela era uma educação para um grupo de pessoas

---

<sup>4</sup> Educação rudimentar, é uma educação destinado pelos professores Simi- habilitados, ou seja, os professores com baixa nível de “formação” para educação dos nativos durante a colonização europeia em alguns países africano.

que iam submeter o regime colonial para que pudessem contribuir na dominação, ou seja, para aquele pequeníssimo número das pessoas que assimilassem a cultura da metrópole para não compreender a verdadeira face do colonialismo. De acordo com Ca (2000, p.5)

Não havia, portanto, as intenções de instruir ou educar as populações subjugadas, mas pelo contrário extrair do seu seio uma minoria dos homens letrados, indispensáveis para o funcionamento do sistema colonial de espoliação e reduzi-los a uma assimilação que devia retirar-lhes qualquer possibilidade de desvendar o processo de docilizarão, despersonalização a que estavam submetidos.

Nessa lógica, a escola colonial portuguesa tanto a sua estrutura e como o seu conteúdo nas suas colônias refletia a política e interesse do colonizador no que concerne a desestruturação da sociedade africana, e assim como de desafricaniza-la da sua realidade, criando também reprodução força de trabalho para que pudesse explorá-la. Portanto, vale salientar que essa educação não era uma educação de qualidade, ou seja, ela não era uma educação que podia ajudar os nativos no desenvolvimento do senso crítico contra o sistema colonial opressor e colonizador. De acordo com Acosta Leyva (2016, p.540):

A escola configurou quadros mentais dicotômicos transtornando o seu africano, criando uma esquizofrenia entre “selvagem” analfabeto, de costumes tradicionais, roupas, idiomas, jeitos tradicionais; e, por outro lado, o “civilizado”, que devia de comportar, vestir, falar e andar como branco europeu o qual pela lei se chamou de “Assimilado não era mais que o ser humano produzido por um sistema religioso-educativo e legal que transformou o africano em um europeu negro.

Como podemos perceber, a trecho a estratégia de toda maioria das políticas que foram criadas pelo regime colonial através do trabalho dos missionários colonizadores desenvolvidos nas escolas, igrejas e nas outras esferas administradas. Isso fez com que alguns nativos tentaram se transformando em “português” através da ideologia do racismo implantado pelo estado colonial. De acordo com essas políticas, os nativos tinham que cumprir alguns princípios burocráticos estabelecido pelo regime colonial português para que pudessem ser considerados como “civilizados”.

Segundo Cá (2005, p.36)

O africano era aceito como como um civilizado e integrando na sociedade portuguesa se atingisse um certo nível cultural que incluía a capacidade de ler e escrever em português. Considerando a elevada percentagem de analfabetos entre os colonos portugueses em África, era difícil perceber por que é que estes não eram também incluídos entre os “não civilizados” a menos que se admitisse que a distinção era de fato feita em termos de raça e não de cultura.

Portanto, mesmo que permitissem que os africanos se tornassem “português” ou “civilizado” teoricamente falado, para que pudessem gozar do mesmo direito que os portugueses, mas isso era um alcance muito restrito, tendo em conta os obstáculos que impediam os africanos de atingir essas condições. Por tanto, poucos africanos tinham possibilidades materiais para atingir a educação “formal” ou modelo português para assimilação.

Conforme Mbokolo (2007, p.513), “o sistema português era muito complexo, acobertado pela assimilação, repudiava oficialmente a segregação, pois o custo da educação era muito proibitivo para as famílias negras”. Nessa lógica, vale salientar que o sistema português era um sistema separatista, porque estratificou a sociedade local através das suas políticas no qual só os que tinham capital, ou seja, os que trabalhavam para o sistema colonial e os que assimilassem a cultura portuguesa que podiam usufruir da educação do regime.

Vale lembrar que essa educação não era uma educação que podia abranger toda a população, seus conteúdos e as suas exigências não correspondia à realidade local, e isso fez com quase 99% da população na Guiné fosse considerada “analfabeta” de acordo com a norma do padrão português da educação naquela época. Para Cá (2000, p.9):

Apenas 1% da população local podia completar a educação elementar; porém só 0,3% tinham chegado à situação de assimilado e podia esperar ir um pouco mais além. Havia apenas uma escola secundária oficial na qual cerca de 60% dos seus alunos são europeus. Não existia qualquer tipo de educação superior. Até 1960, num total de 544.184 recenseados, apenas 11 guineenses haviam atingido a licenciatura e todos elas como portugueses assimilados vivendo em Portugal, 14 tinham ensino técnico ou profissionalizante, 33 tinham formação média.

Nesta linha de pensamento, vale ressaltar que os teóricos portugueses que trabalhavam pelo regime colonial no final do século XIX, reproduziram as ideias de ignorância e racistas em relação a educação dos africanos nas suas ex-colônias. Portanto, nesse âmbito que a Guiné apareceu com a maior taxa de “analfabetismo” como relação às outras colônias portuguesas. Isso aconteceu devido ao fato como o regime planejou a sua política de ocupação nessa colônia como afirmamos anteriormente. Pois, a Guiné era colônia de exploração, Portugal não tinha interesse pela educação. Mas sim ensinar só uma parcela da população para atender a sua demanda.

No entanto, a distorção principal deste sistema, residia na sua estrutura dominante e excludente. Gomes (2010), enfatizou que em 1950 existiam onze escolas oficiais na Guiné para uma população de 600.000 habitantes. A educação da pessoa chamada “indígena” que

constituía a grande maioria, era confiada aos missionários que no mesmo ano tinham 45 escolas onde os alunos recebiam formação rudimentar.

Convém ressaltar que esse modelo educacional baseado exclusivamente no aprendizado da sala de aula indiferente com o modelo da realidade local. Desse modo, segundo o mesmo autor as escolas que funcionavam na Guiné, segundo o modelo europeu, eram instituições à parte, fechadas entre em si mesmas, longe da vida comunitária e social. Portanto, a escola era separada da vida e da atividade produtiva reforçava ainda mais o conceito de que o conhecimento e o saber só podiam ser repassados por aqueles que tiveram uma educação dentro de quatro paredes de acordo com a padrão europeia.

Na guiné Bissau, como em quaisquer países que passaram pelo processo da dominação colonial europeia de Portugal em especial, no que tange a educação, pode-se perceber que o regime colonial procurou-se impor a hegemonia dos seus valores, pela opressão cultural e social para garantir a sua continuidade como nação colonizador. Portanto, isso levou com que a minoria tentou assimilar a cultura portuguesa por meio dos missionários conforme as normas estabelecidas pelo regime. Esse critério europeia, não coadunavam com a realidade africana, fazendo com que grande maioria que não chegasse o “nível” mais avançado, voltando ao meio rural com o sentimento de inferioridade devido ao fracasso escolar e, sobretudo, não tendo aprendido nada útil à sua integração na produção na vida comunitária da zona urbana de acordo com esse modelo educacional.

Nessa perspectiva, é de notar que esse critério que o sistema colonial português criou com a seleção da minoria considerada “intelectuais” e a exclusão da maioria que culminou à recriação de uma estrutura de classe, surgimento de uma nova elite que chega aos “níveis “superiores” da educação”, ou o que Amílcar Cabral chamou da “pequena burguesia”.

Ainda segundo Cá (2000) salientou que até nos anos de 1970, no liceu de Bissau, as mulheres dos oficiais que serviam no exército colonial ensinavam aos jovens guineenses a história do ponto de vista colonizador, no qual, diziam que a África não tinha história e ela não existia antes da chegada dos “descobridores portugueses”.

E também, haviam africanos que não assimilavam a cultura portuguesa, eram chamados de “não civilizado” e não tinham qualquer direito civis que um indivíduo assimilado detinham. De acordo com Ca (2005, p34) “na Guiné, os “não civilizados” eram, em 1950, 502.457 contra uma população civilizada de 1.498 que representava 0,29%”. Desse modo, só depois da abolição formal de Estatuto de Indigénato, em 1961, nas vésperas da luta armada fez com que alguns fossem chamados de “cidadão português” com direito a carteira da identidade. E por outro lado, o surgimento dos movimentos contra o regime colonial e as

suas ações armadas resultou que nas décadas de 1960 e 1970, fez que o governo colonial português implementou diversas reformas em diversas áreas da administração colonial, especialmente na educação, com intuito de evitar qualquer sansão da comunidade internacional, e tentar desmentir as denúncias dos movimentos independentistas sobre a violência que o regime colonial praticava contra as populações nas colônias.

Convém ressaltar que os que se beneficiavam do sistema do ensino português, ou seja, os “assimilados” que tornaram consciente sobre o domínio colonial e criaram a revolução que levou à independência dos respectivos países. Um dos exemplos disto foram: No caso de Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Kwame Nkrumah, Eduardo Mondlane, etc. Eles foram os líderes de alguns países africanos que passaram pelo processo da dominação colonial europeia.

## **5 METODOLOGIA**

Bem, como é sabido com o surgimento da ciência, nenhum trabalho científico pode ser feito sem as devidas normas, ou requisitos estabelecidos cientificamente para servir de uma guia para o desenvolvimento das pesquisas. Desse modo, a nossa pesquisa é indiferente de qualquer pesquisa do caráter científica. Portanto, ela vai seguir uma metodologia na qual vai servir como um caminho durante a investigação da temática em causa. No entanto, em princípio, vamos fazer um estudo de uma revisão bibliográfica, procurando os estudiosos que debruçaram sobre o respectivo assunto como o intuito de nos ajudar na compreensão acerca do objeto a ser pesquisado, e assim como, na resolução do problema levantada em princípio.

De acordo com Severino (2007, p.122) a pesquisa bibliográfica “é aquele que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisa anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” Desse modo, que vamos apoiar nesses materiais já disponíveis para nos ajudar no desenvolvimento da pesquisa em curso. E por outro lado, como a pesquisa científica exige muitas normas para a sua realização. No entanto, a nossa seguirá com a norma de referida área “ciências humanas”. Portanto, para Antônio (2014, p27):

A pesquisa atual em ciências humanas e sociais, segue duas orientações básicas a partir dos fundamentos e prática de pesquisa com pressuposto teórico, modos de abordar a realidade e meios de colher informações diferentes, genericamente designados a pesquisa qualitativa ou quantitativa.

Portanto, a nossa pesquisa irá seguir uma perspectiva que atribuiu ao estudo uma natureza qualitativa para que possa ajudar na maior compreensão dos fatos a serem analisados, ou seja, o problema propositado a ser pesquisado. Segundo Chizzotti (2017, p.24) “Outras razões provavelmente mais validas, para escolher métodos qualitativos é a natureza do problema de pesquisa”. Por outro lado, ainda o mesmo autor saliente que o termo pesquisa qualitativo quer dizer, qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificações. Portanto, nessa perspectiva que vamos seguir para que possamos alcançar o nosso objetivo.

No entanto, segundo Chizzotti (2017), enfatiza que a pesquisa qualitativa, pode referir a pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamento, emoções e sentimentos, e também a pesquisa sobre funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e interações entre nações. Vale explicitar que, a pesquisa de campo será realizada no país onde ocorreu o fato a ser pesquisado, e assim como nas instituições e personalidades ligados ao assunto em questão, de modo a obter informações precisas e credíveis sobre os fatos em estudo.

E também, seguir com uma pesquisa exploratória e documental e com algumas entrevistas semiestruturadas com as personagens que vivenciaram o tal acontecimento. Essas entrevistas, nos ajudarão a fazer uma intuição mais eficaz de como tem sido dado a educação dos missionários durante a colonização portuguesa em Guiné-Bissau.

## **6 JUSTIFICATIVA**

O propósito da escolha desse tema, surgiu inicialmente desde segundo trimestre através de uma disciplina ministrada pela professora Cristiane intitulado “Colonização e o pensamento Antropológico”, na qual trabalhamos com o livro História Geral de África (volume VIII, especificamente capítulo 31). O referido capítulo falou sobre os impactos positivos e negativos do colonialismo em África. Porém, isso fez com que o autor deste trabalho refletisse sobre esses impactos e de pesquisar sobre o colonialismo em África e, a Guiné-Bissau, em especial, principalmente, no que diz respeito arena educacional.

Também por outro lado, o referido tema acabou por chamar atenção de pesquisa-lo no quarto trimestre através de uma disciplina que o professor Leyva ministrou denominado

“Colonização e Resistência na África Contemporânea”. Onde trabalhamos com o livro de Walter Rodney (Como a Europa sub desenvolveu a África), no qual o livro debruça sobre a África antes da chegada dos europeus, e assim como a África sob a dominação colonial Europeia para entender o verdadeiro face do tal colonialismo. E sobre os três M de K-Zerbo, na qual fala sobre a participação dos missionários como um dos agentes central na estruturação do colonialismo em África. Nesse sentido, falar do papel dos missionários no processo da dominação colonial europeia na arena educacional em África especificamente na Guiné-Bissau, é de grande relevância, porque pode nos dar a pista para entender como é que o seu modelo educacional contribuiu no processo da de subjugação daqueles povos e de inseri-lo numa outra realidade que não lhe pertence.

Porém, vale ressaltar que repensar a colonização Europeia em África com os teóricos Africanos, assim como os que seus estudos estão voltados para o continente africano, ajuda muito na compreensão da colonização, na sua desconstrução da epistemologia ocidental sobre o continente africano como no caso dos Africanistas. Walter Rodney, Ki- Zerbo, Elikia Mbokolo, Mudimbe, Pedro Acosta –Leyva, etc.

Para tanto, pensar esse tema na academia, assim como nas outras esferas é de grande relevância porque ajuda na compreensão das historiografias narrado pelo ocidente, como na desconstrução das suas narrativas no que diz respeito a história da África, e assim como dos povos africanos através dos seus espelhos. Vimos que os europeus é que levaram a “salvação” para a África no sentido de que eles eram povos “selvagem”, “pré-lógico”, “sem cultura”, “sem escrita” e por todos tipos de práticas da humilhação. No entanto, sendo africano, e inclusive guineense, repensar a colonização e pesquisá-lo na academia é muito interessante no sentido de ajudar na compreensão dos seus processos, assim como seus agentes. E por outro lado, nos desperta a reflexão sobre a sociedade colonizada, e também para os próprios africanos que leram a história de África do ponto de vista do colonizador como vimos na maioria das vezes nos livros e manuais didáticos da história.

Ademais, esperamos que esse tema irá contribuir para o despertar da sociedade guineense de um modo geral, no que diz respeito o papel dos missionários no período colonial na Guiné-Bissau, e será uma pesquisa extremamente importante para academia, porém, servirá de matéria didático para os estudantes guineense de qualquer nível de escolarização, ou seja, ela vai somar com outras bibliografias que poderão contribuir nas pesquisas futuras relacionada à temática; por outro momento, pode ser um elemento de contributo de ponto de vista análise política interna guineense no que diz respeito a descolonização do currículo

herdado do colonizador; e assim como na reafrikanização da mente subjugado e na estratégias a serem implementadas pelos governantes e políticos guineenses.

## 7 CRONOGRAMA

Atividades a serem desenvolvidas	Ano-2018		Ano-2019		Ano-2020	
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre
Aulas presenciais	X	X	X	X	X	
Mapeamento bibliográficas	X	X	X			
Confecção de fichamentos	X	X	X			
Reelaboração do projeto			X	X		
Elaboração de formulário e roteiro de entrevista			X	X		
Análise e transcrição de depoimentos acolhido				X	X	X
Confecção de Monografia				X	X	
Entrega da monografia						X

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA-LEYVA, Pedro. **África entre Africanistas e Africanólogos no Brasil**. Para de Minas Gerais: Virtualbookseditora, 2016.
- AUGEL, Moemia Parente. **Nação, identidade e pós- colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond Ltda., 2007.
- CA, Lourenço Ocuni. A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973), **Rev. Bibl. online. Prof. Joel Martins**, Campinas, SP, V.2, n.1, out.2000. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4856409.p>. Acesso em: 22 ago. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Perspectiva histórica da organização do sistema educacional da Guiné-Bissau**. 2005. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253256/1/Ca\\_LourencoOcuni\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253256/1/Ca_LourencoOcuni_D.pdf). Acesso em: 22 nov.2017.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. [6. ed.]. Petrópolis: Vozes, 2016. 144 p. ISBN 9788532633903 (broch.)
- GADOTTI, Moacir. Educação popular, Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Congr. Intern. Pedagogia Social**, [S. l.], jul. 2012. Acesso em: <[www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf](http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf)>.
- GOMES, Patrícia. **Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G.C e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973)**. Itália, L'HarmattanItaliasrl, 2010
- LIBANÊO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR.
- MBEMBE, Achille. **África insubmissa: cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial**. Luanda: Mulemba; Mangualde: Pedagogo, 2013. 168 p. (Coleção Reler África). ISBN 9789898655080 (broch.).
- M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações do século XIX aos nossos dias**. Salvador: Edufba, 2011.
- MUDIMBE, V. Y. **A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Luanda: Mulemba; Mangualde: Pedagogo, 2013. 272 p. (Coleção Reler África). ISBN 9789898655011 (broch.).
- NANOME, Dabana. **A luta pela independência da guiné-bissau e os caminhos do projeto educativo do Paigc: etnicidade como problema na construção duma identidade nacional**. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2014. Disponível em:< <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/115896>>. Acesso em: 10 nov.2017.

OPOKU, Kofi Asare. **A religião na África durante a época colonial**. In: BOAHEN, Albert Adu et al. *História Geral de África: África sob a dominação colonial*. 3. ed. Brasília: Cortez, 2011.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa: Serra Nova, 1975

SEMEDO, Odete Costa. **Guiné –Bissau: história, cultura, sociedade e literatura**. Belo Horizonte: Nadaya, 2010.

STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet M. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2009. Xi, 288 p. ISBN 9788536310435 (broch.).

TAVARES, Fernando Jorge Pina. **Os limiares críticos da Educação na “África lusófona”**. In: I congresso Internacional de filosofia da Educação de países e comunidades de língua portuguesa, [S.I.: S.n., 200--].

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2015. 304 p. ISBN 9788524913112 (broch.).